

Câmara de São Caetano contrata empresa para auditar 10 mil páginas da CPI da Dívida

EM SÃO CAETANO

Empresa vai auditar documentos fiscais e contábeis de 2024 da CPI da Dívida

A Câmara contratou fundação de Ribeirão Preto para fazer diagnóstico detalhado do passivo público no exercício do ano passado da gestão do ex-prefeito de São Caetano José Auricchio Júnior (PSD). Auditoria de 10 mil páginas terá como objetivo apurar possíveis irregularidades. Documentos foram disponibilizados pela Prefeitura à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida. *Política 3*

Câmara de São Caetano contrata empresa para auditar 10 mil páginas da CPI da Dívida

Comissão recebeu da Prefeitura documentos fiscais e contábeis referentes a contratos firmados em 2024 pela gestão Auricchio

ANGELICA RICHTER
angelicarichter@dgabc.com.br

A Câmara de São Caetano já contratou uma assessoria técnica especializada para realizar a auditoria das mais de 10 mil páginas de documentos fiscais e contábeis referentes a contratos de 2024, que foram disponibilizados pela Prefeitura à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida. Essa documentação serve de base para os trabalhos da comissão, que tem como objetivo apurar possíveis irregularidades cometidas no último ano da gestão do então prefeito José Auricchio Júnior (PSD).

A contratada é a Fundace (Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia), de Ribeirão Preto, entidade sem fins lucrativos com quase 30 anos de existência e

que já prestou serviços para diversas Prefeituras, Sabesp, Prodesp (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo), dentre outras instituições.

Segundo a proposta apresentada pela Fundace, será realizado diagnóstico detalhado da dívida pública no exercício de 2024, com base na análise das obrigações financeiras e contratuais em conformidade com a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Também serão apontadas as fragilidades administrativas, legais e contratuais, apresentadas recomendações técnicas para melhorias nos processos de controle e gestão financeira, além de fornecidos subsídios técnicos objetivos para os trabalhos e o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Os trabalhos serão realizados em três etapas: definição

do plano de trabalho, metodologia de análise e avaliação; levantamento de informações, que serão organizadas, classificadas e normatizadas; e emissão de relatórios, com avaliação operacional, contratual, de fluxos de pagamentos, gestão fiscal, financeira e jurídica, a qual será desenvolvida, respectivamente, por um especialista de cada área. A entrega do relatório final deve ocorrer 30 dias após o início dos trabalhos.

“A grande expectativa é ter um relatório técnico responsável, que traga com clareza e profissionalismo uma análise apurada de toda a documentação contábil financeira de mais de 10 mil páginas, que traga luz para a população sobre o que ocorreu com os restos a pagar deixados de 2024 para este ano”, afirmou César Oliva (PSD), líder de governo



COMISSÃO. César Oliva e Edison Parra afirmam que participação da Fundace dará segurança às análises

e presidente da CPI da Dívida.

Edison Parra (Podemos), relator da comissão, afirmou que a contratação da assessoria técnica é fundamental para dar ainda mais rigor e segurança às análises da CPI. “Estamos lidando com um tema de alta complexidade técnica e que exige conhecimento especializado. A Fundace está no mercado há 30 anos, tem uma extensa lista de serviços prestados ao setor privado e público. Além disso, ela é ligada a uma das instituições mais respeitadas do país, o que atesta a independência e imparcialidade da contratação”, destacou.

Segundo Parra, o apoio da

Fundação trará mais agilidade aos trabalhos da CPI, que terá “condições de apresentar um relatório robusto e isento, baseado em critérios técnicos sólidos e transparentes”.

A CPI

Instaurada no dia 3 de junho, a Comissão Parlamentar de Inquérito não tem, segundo seus integrantes, o objetivo de promover uma “caça às bruxas”. A iniciativa pretende apurar os acontecimentos que marcaram a gestão do ex-prefeito José Auricchio, os quais levaram a cidade ao endividamento de R\$ 1,15 bilhão. Entre os pontos que a comissão

pretende esclarecer está quem ordenou a suspensão de pagamentos a fornecedores a partir de agosto de 2024.

De acordo com o autor do pedido de instalação da CPI, vereador Marcel Munhoz (Progressistas), a proposta é oferecer respostas à sociedade, que tem cobrado transparência sobre os atos do governo anterior.

Procurado para comentar sobre a CPI, recentemente José Auricchio decidiu não se manifestar mais. Apesar do silêncio recente, no início de junho o ex-prefeito declarou que a abertura da investigação tem “natureza política”.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3